



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**15/12/2015**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. POSSE.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	3
2.2. DECISÕES.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DECISÕES.....	5
3.2. POSSE.....	6
4. JORNAL EXTRA	
4.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	7 - 8
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	9 - 10
5.2. POSSE.....	11
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. DESEMBARGADOR.....	12
6.2. JUÍZES.....	13 - 14
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DECISÕES.....	15 - 16
7.2. EVENTOS.....	17
7.3. JUÍZES.....	18
7.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	19

## Comarcas de Icatu, Igarapé Grande e Alcântara têm novos juízes



Pág.9

## Comarcas de Icatu, Igarapé Grande e Alcântara têm novos juízes

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, deu posse na última sexta-feira (11), aos juízes Karlos Alberto Ribeiro Mota (comarca de S. Vicente de Férrer), Thiago Henrique Oliveira de Ávila (comarca de Passagem Franca) e José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior (Guimarães), conforme decisão do Órgão Especial, na sessão plenária administrativa de 2 de dezembro.

O juiz Karlos Alberto Ribeiro Mota foi removido para a Comarca de Icatu, de entrância inicial, pelo critério de antiguidade. "Com dois anos e cinco meses de trabalho na Comarca de S. Vicente Férrer, consegui reduzir o acervo de 4000 processos para 2.500. Fizemos aproximadamente 25 júris. A expectativa é continuar com a mesma atuação na de Icatu, trabalhando em prol do jurisdicionado", disse Karlos.

Já o magistrado Thiago Henrique Oliveira de Ávila foi removido para a Comarca de Igarapé Grande, de entrância inicial, pelo critério de antiguidade. "Fiz um ótimo traba-



lho. Considero que hoje, a comarca está regular. Não deixei nenhuma pendência. Espero dar continuidade ao trabalho deixado pelo juiz Marcelo, na comarca de Igarapé Grande", afirmou o magistrado.

E José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior foi removido para a comarca de Alcântara, de entrância inicial, pelo critério de merecimento. "Foram dois anos de bastante trabalho e deixei a comarca saneada. A

remoção para a Comarca de Alcântara renova o ânimo, é uma nova cidade, uma nova comarca. Sei que é uma outra realidade e lá tramitam hoje 2.500 processos", afirma José Figueiredo Júnior.

Durante a solenidade de posse, a presidente aproveitou o momento para comentar que, nesta data, completou 34 anos que entrou na magistratura, exatamente na Comarca de Alcântara. "Que você tenha a mesma sorte que eu sempre

tive na magistratura", desejou a presidente ao juiz.

Encerrou a solenidade, no gabinete da presidência, desejando a todos os magistrados sucesso nas novas comarcas.

O ato solene de assinatura do Termo de Compromisso e Posse contou com a presença do desembargador Jamil Gedeon, dos juízes José Jorge Figueiredo dos Anjos, Rômulo Lago e Cruz, Roberto Abreu e do diretor-geral do TJ, Hebert Leite.

## 15 MIL SERVIDORES ATENDIDOS

# Feirão Imobiliário do Servidor movimentou R\$ 513 mi

Superadas as expectativas de público e de negócios fechados na primeira edição do Feirão Imobiliário do Servidor Público. Nos dois dias do evento, a iniciativa do Governo do Estado contabilizou mais de 15 mil atendimentos e a movimentação de R\$ 513 milhões em propostas apresentadas. “Superou as nossas expectativas e também das construtoras e imobiliárias participantes, pelo volume de negociações propostas e pelo grande fluxo de pessoas circulando no evento. Isso, graças às condições disponibilizadas pelo governo estadual nesta iniciativa”, ressaltou a secretária de Estado de Cidades (Secid), Flávia Alexandrina Moreira.

As empresas parcerias comemoram o número de negócios cadastrados para posterior análise. Do total de imóveis negociados foram 50% na planta, 30% em construção e 20% prontos para morar, segundo

dados do Sindicato das Empresas da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA). “O evento foi uma congregação de forças com o objetivo de melhorar as negociações do setor da construção civil e oportunizar aos servidores públicos moradias melhores”, disse o presidente do Sinduscon, Fábio Nahuz.

Os contratos, agora, passarão por análise das instituições financeiras, em acordo com as regras de financiamento. Na página do evento, [www.feira-oimobiliario.ma.gov.br](http://www.feira-oimobiliario.ma.gov.br), os servidores poderão se informar mais sobre o processo, ter acesso à listagem de bairros com imóveis disponíveis e simular as condições para financiar. Todas as propostas finalizadas no evento têm validade pelos próximos seis meses.

A secretária da Secid explica que o servidor ainda terá sua chance de adquirir um imóvel com as exclusivas condições

dadas no Feirão. “Quem não conseguiu ir até o evento pode entrar no site do programa e verificar as condições para ver qual a melhor opção de compra”, destacou Flávia Moreira.

Ela antecipa, ainda, que um próximo evento está em fase de planejamento, dado o sucesso e ampla procura por este primeiro Feirão. Ainda de acordo com a gestora, as empresas parcerias já se organizam para oferecer maior estrutura, pois não esperavam tanta movimentação. “Em apenas uma manhã de feirão as empresas fecharam mais negócios que em três dias de eventos que costumam realizar. Foi um sucesso”, reiterou a secretária da Secid.

### Oportunidade

**de negócios** - O Feirão Imobiliário do Servidor Público foi realizado dias 12 e 13, no Multicenter Sebrae e foi voltado exclusivamente para funcionários públicos. Fo-

ram disponibilizados mais de 20 mil imóveis, entre casas e apartamentos, novos na planta e prontos para morar, com vantagens exclusivas para esse público. As empresas participantes concederam descontos entre 5% e 20%, e, em alguns casos, isenção de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI).

O Feirão Imobiliário do Servidor integra o programa ‘Minha Casa, Meu Maranhão’ e teve parceria das prefeituras de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Imperatriz, Caxias, Balsas e Barreirinhas; das instituições Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ade-mi), Sebrae, Corregedoria de Justiça; Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Brasedco; além dos cartórios da ca

## ■ BACURI ■

# Prefeito responderá por contratação irregular

Os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça receberam denúncia que submete o prefeito do município de Bacuri, José Baldoíno da Silva Nery, à ação penal para apurar responsabilidade na contratação irregular de empresa, cujo ônibus escolar envolveu-se em acidente que resultou na morte de oito crianças, em abril de 2015. Também responderão à mesma ação o sócio da empresa Conservis – Construções Comércio e Serviços Ltda, o presidente, a secretária e um membro da Comissão Permanente de Licitação e um assessor jurídico do município.

A denúncia foi proposta pelo Ministério Público Estadual (MPMA), acusando o prefeito de ter contratado os serviços da empresa Conservis no valor de R\$ 1.092.000,00 para a locação de veículos, com irregularidades que teriam frustrado o caráter competitivo da licitação, enquadrando os envolvidos no delito de fraude, previsto na Lei de Licitações.

O prefeito e os demais acusados defenderam-se, alegando não existirem provas da prática do crime, pedindo a rejeição da denúncia.

Para o relator, desembargador Joaquim Figueiredo, existem indícios da contribuição do sócio da empresa Conservis para a prática do crime, uma vez que ele habilitou-se no processo licitatório e assinou o contrato, em possível conluio com a administração para a prestação irregular do serviço de transporte escolar, assim como os demais acusados que atestaram a validade do procedimento.

Quanto à alegação de todos os acusados – falta de prova e improcedência da denúncia - , o magistrado a afastou por entender que a denúncia expôs o fato com todas as circunstâncias, qualificando os envolvidos e individualizando-os e classificando o delito conforme determina o Código de Processo Penal.

Ele também afastou as alegações de ausência de dolo, inclusive porque sua existência ou não deve ser apurada durante o curso da ação. “Durante a instrução, todas as indagações das defesas poderão ser respondidas, todavia, isso não pode ser feito neste momento, onde não restam atestadas de forma absoluta essas verificações”, ponderou.

## **Acatado**

A 3ª Câmara Criminal do TJ recebeu denúncia que submete o prefeito do município de Bacuri, José Baldoíno da Silva Nery, a uma ação penal.

O processo apura a responsabilidade na contratação irregular de empresa, cujo ônibus escolar envolveu-se em acidente que resultou na morte de oito crianças em abril do ano passado.

A denúncia foi proposta pelo Ministério Público Estadual.



# Presidente do TJ remove 3 juízes de comarcas

Magistrados atuarão nas Comarcas de Passagem Franca, São Vicente Férrer e de Guimarães

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, deu posse na sexta-feira (11), aos juízes Karlos Alberto Ribeiro Mota (Comarca de São Vicente Férrer), Thiago Henrique Oliveira de Ávila (Comarca de Passagem Franca) e José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior (Guimarães), conforme decisão do Órgão Especial, na sessão plenária administrativa de 2 de dezembro.

O juiz Karlos Alberto Ribeiro Mota foi removido para a Comarca de Icatu, de entrância inicial, pelo critério de antiguidade. "Com dois anos e cinco meses de trabalho na Comarca de São Vicente Férrer, consegui reduzir o acervo de 4.000 processos para 2.500. Fizemos aproximadamente 25 júris. A expectativa é continuar com a mesma atuação na de Icatu, trabalhando em prol do jurisdicionado", disse Karlos Mota.

## Cleonice Freire desejou sucesso aos juízes

Já o magistrado Thiago Henrique Oliveira de Ávila foi removido para a Comarca de Igarapé Grande, de entrância inicial, pelo critério de antiguidade. "Fiz um ótimo trabalho. Considero que hoje, a comarca está regular. Não deixei nenhuma pendência. Espero dar continuidade ao trabalho deixado pelo juiz Marcelo, na Comarca de Igarapé Grande", afirmou o magistrado.

E José Jorge Figueiredo dos

## MAIS

### Assinatura do Termo de Posse

O ato solene de assinatura do Termo de Compromisso e Posse contou com a presença do desembargador Jamil Gedeon, dos juízes José Jorge Figueiredo dos Anjos, Rômulo Lago e Cruz, Roberto Abreu e do diretor-geral do TJ, Hebert Leite.

Anjos Júnior foi removido para a Comarca de Alcântara, de entrância inicial, pelo critério de merecimento. "Foram dois anos de bastante trabalho e deixei a comarca saneada. A remoção para a Comarca de Alcântara renova o ânimo, é uma nova cidade, uma nova comarca. Sei que é uma outra realidade e lá tramitam hoje 2.500 processos", afirma José Figueiredo Júnior.

Durante a solenidade de posse, a presidente aproveitou o momento para comentar que, nesta data, completou 34 anos que entrou na magistratura, exatamente na Comarca de Alcântara. "Que você tenha a mesma sorte que eu sempre tive na magistratura", desejou a presidente ao juiz. Ela encerrou a solenidade, no gabinete da presidência, desejando a todos os magistrados sucesso nas novas comarcas. ●



Divulgação

Cleonice Freire e demais membros do Tribunal de Justiça com juízes



# **Primeiro Feirão Imobiliário do Servidor Público movimentou R\$ 513 milhões**

**PÁGINA 5**

---

## Primeiro Feirão Imobiliário do Servidor Público movimentou R\$ 513 milhões

Superadas as expectativas de público e de negócios fechados na primeira edição do Feirão Imobiliário do Servidor Público. Nos dois dias do evento, a iniciativa do Governo do Estado contabilizou mais de 15 mil atendimentos e a movimentação de R\$ 513 milhões em propostas apresentadas. “Superou as nossas expectativas e também das construtoras e imobiliárias participantes, pelo volume de negociações propostas e pelo grande fluxo de pessoas circulando no evento. Isso, graças às condições disponibilizadas pelo governo estadual nesta iniciativa”, ressaltou a secretária de Estado de Cidades (Secid), Flávia Alexandrina Moreira.

As empresas parcerias comemoram o número de negócios cadastrados para posterior análise. Do total de imóveis negociados foram 50% na planta, 30% em construção e 20% prontos para morar,

segundo dados do Sindicato das Empresas da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA). “O evento foi uma congregação de forças com o objetivo de melhorar as negociações do setor da construção civil e oportunizar aos servidores públicos moradias melhores”, disse o presidente do Sinduscon, Fábio Nahuz.

Os contratos, agora, passarão por análise das instituições financeiras, em acordo com as regras de financiamento. Na página do evento, [www.feiraoimobiliario.ma.gov.br](http://www.feiraoimobiliario.ma.gov.br), os servidores poderão se informar mais sobre o processo, ter acesso à listagem de bairros com imóveis disponíveis e simular as condições para financiar. Todas as propostas finalizadas no evento têm validade pelos próximos seis meses.

A secretária da Secid explica que o servidor ainda terá sua chance de adquirir um imóvel

com as exclusivas condições dadas no Feirão. “Quem não conseguiu ir até o evento pode entrar no site do programa e verificar as condições para ver qual a melhor opção de compra”, destacou Flávia Moreira.

Ela antecipa, ainda, que um próximo evento está em fase de planejamento, dado o sucesso e ampla procura por este primeiro Feirão. Ainda de acordo com a gestora, as empresas parcerias já se organizam para oferecer maior estrutura, pois não esperavam tanta movimentação. “Em apenas uma manhã de feirão as empresas fecharam mais negócios que em três dias de eventos que costumam realizar. Foi um sucesso”, reiterou a secretária da Secid.

**OPORTUNIDADE DE NEGÓCIOS** - O Feirão Imobiliário do Servidor Público foi realizado dias 12 e 13, no Multicenter Sebrae e foi voltado exclusivamente para funcionários

públicos. Foram disponibilizados mais de 20 mil imóveis, entre casas e apartamentos, novos na planta e prontos para morar, com vantagens exclusivas para esse público. As empresas participantes concederam descontos entre 5% e 20%, e, em alguns casos, isenção de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI).

O Feirão Imobiliário do Servidor integra o programa ‘Minha Casa, Meu Maranhão’ e teve parceria das prefeituras de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Imperatriz, Caxias, Balsas e Barreirinhas; das instituições Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), Sebrae, Corregedoria de Justiça; Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco; além dos cartórios da capital.

## R\$ 513 MI NO FEIRÃO

Segundo dados do Sindicato das Empresas da Construção Civil do Maranhão, 1º Feirão do Servidor Público atendeu a mais de 15 mil servidores. Do total de imóveis negociados, foram 50% na planta, 30% em construção e 20% prontos para morar.

URBANO 2



THIAFO VELOSO/OIMP/DA PRESS

## FEIRÃO DO SERVIDOR

# R\$ 513 milhões em negócios fechados

Mais de 15 mil servidores foram atendidos, segundo Sindicato das Empresas da Construção Civil do Maranhão. Um próximo evento está em fase de planejamento, dado o sucesso e ampla procura

**S**uperadas as expectativas de público e de negócios fechados na primeira edição do Feirão Imobiliário do Servidor Público. Nos dois dias do evento, a iniciativa do governo do estado contabilizou mais de 15 mil atendimentos e a movimentação de R\$ 513 milhões em propostas apresentadas. “Superou as nossas expectativas e também das construtoras e imobiliárias participantes, pelo volume de negociações propostas e pelo grande fluxo de pessoas circulando no evento. Isso, graças às condições disponibilizadas pelo governo estadual nesta iniciativa”, ressaltou a secretária de Estado de Cidades (Secid), Flávia Alexandrina Moreira.

As empresas parcerias comemoram o número de negócios cadastrados para posterior análise. Do total de imóveis negociados foram 50% na planta, 30% em construção e 20% prontos para morar, segundo dados do Sindicato das Empresas da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA). “O evento foi uma congregação de forças com o objetivo de melhorar as negociações do setor da construção civil e oportunizar aos servido-

### » FIQUE SABENDO

#### Oportunidade de negócios

*O Feirão Imobiliário do Servidor Público foi realizado dias 12 e 13, no Multicenter Sebrae e foi voltado exclusivamente para funcionários públicos. Foram disponibilizados mais de 20 mil imóveis, entre casas e apartamentos, novos na planta e prontos para morar, com vantagens exclusivas para esse público. As empresas participantes concederam descontos entre 5% e 20%, e, em alguns casos, isenção de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI). O Feirão Imobiliário do Servidor integra o programa 'Minha Casa, Meu Maranhão' e teve parceria das prefeituras de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Imperatriz, Caxias, Balsas e Barreirinhas; das instituições Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), Sebrae, Corregedoria de Justiça; Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Brasedco; além dos cartórios da capital.*

res públicos moradias melhores”, disse o presidente do Sinduscon, Fábio Nahuz.

Os contratos, agora, passarão por análise das instituições financeiras, em acordo com as regras de financiamento. Na página do evento, [www.feiraoimobiliario.ma.gov.br](http://www.feiraoimobiliario.ma.gov.br), os servidores poderão se informar mais sobre o processo, ter acesso à listagem de bairros com imóveis disponíveis e simular as condições para financiar. Todas as propostas finalizadas no evento têm valida-

de pelos próximos seis meses.

A secretária da Secid explica que o servidor ainda terá sua chance de adquirir um imóvel com as exclusivas condições dadas no Feirão. “Quem não conseguiu ir até o evento pode entrar no site do programa e verificar as condições para ver qual a melhor opção de compra”, destacou Flávia Moreira.

Ela antecipa, ainda, que um próximo evento está em fase de planejamento, dado o sucesso e ampla procura por este pri-



**Superou as nossas expectativas e também das construtoras e imobiliárias participantes, pelo volume de negociações propostas e pelo grande fluxo de pessoas circulando no evento.**

#### **Flávia Alexandrina Moreira,**

secretária de Estado de Cidades (Secid)

meiro Feirão. Ainda de acordo com a gestora, as empresas parcerias já se organizam para oferecer maior estrutura, pois não esperavam tanta movimentação. “Em apenas uma manhã de feirão as empresas fecharam mais negócios que em três dias de eventos que costumam realizar. Foi um sucesso”, reiterou a secretária da Secid.





## Comarcas de Icatu, Igarapé Grande e Alcântara têm novos juízes

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, deu posse, na última sexta-feira (11), aos juízes Karlos Alberto Ribeiro Mota (comarca de S. Vicente de Férrer), Thiago Henrique Oliveira de Ávila (comarca de Passagem Franca) e José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior (Alcântara), conforme decisão do Órgão Especial, na sessão plenária administrativa de 2 de dezembro. O ato solene de assinatura do Termo de Compromisso e Posse contou com a presença do desembargador Jamil Gedeon, dos juízes José Jorge Figueiredo dos Anjos, Rômulo Lago e Cruz, Roberto Abreu e do diretor-geral do TJ, Hebert Leite.

# Prefeitura reforça parcerias para conscientização sobre o trabalho infantil

A. Baeta



Conscientizar os estudantes e as comunidades escolares para o combate ao trabalho infantil e o respeito aos direitos da criança e do adolescente, bem como capacitar professores para abordar corretamente o tema em sala de aula. São esses os objetivos das parcerias firmadas pela Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed) com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e o Ministério Público do Trabalho (MPT), para o desenvolvimento dos projetos "TRT na Escola" e "MPT na Escola".

O secretário municipal de educação, Geraldo Castro Sobrinho, cumprimentou os professores pela dedicação ao trabalhar o tema com os estudantes e agradeceu aos parceiros pelo trabalho.

"Erradicar o trabalho infantil e garantir os direitos das crianças e adolescentes é um compromisso do prefeito Edivaldo. Os projetos desenvolvidos em nossas escolas no decorrer deste ano letivo ajudaram a conscientizar nossos jovens sobre a importância desse tema", frisou o titular da Semed.

Ao longo do ano de 2015, o tema foi debatido de forma lúdica em várias Unidades de Educação Básica (U.E.B.) da rede municipal de São Luís. Nas U.E.B. José Assub (Santa Cruz), Olinda Desterro (Vicente Filho) e Thomaz de Aquino Andrade (Vila Lobão) o projeto TRT na Escola proporcionou aos estudantes a aquisição de conhecimentos básicos sobre direitos e deveres dos adolescentes,

bem como noções sobre trabalho infantil, trabalho escravo, direitos trabalhistas e segurança no trabalho. A iniciativa é da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª região, em parceria com o programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra).

Durante a solenidade de apresentação dos resultados do projeto, realizada no auditório do TRT, os estudantes apresentaram números artísticos e culturais com a temática do combate ao trabalho infantil. Na oportunidade, os gestores das escolas participantes receberam livros e placas de homenagem. A solenidade contou com a presença do secretário de Educação, Geraldo Castro Sobrinho; do desembargador James Magno Araújo Farias, do vice-presidente e corregedor do TRT da 16ª região; do diretor da escola judicial do TRT da 16ª região, Gerson de Oliveira Costa Filho; e o presidente da Amatra, Fernando Luiz Duarte Barboza.

Na U.E.B. José Assub, o projeto "Trabalho Infantil, Segurança no Trabalho e Trabalho Análogo a Escravo", fomentado a partir da

parceria com o TRT, envolveu seis professores e 250 estudantes. Os resultados foram a poesia "Direitos de uma criança", composta pela estudante Aline Pereira, do 9º ano, e a música "A vida de um menino e o trabalho", composta pelos próprios estudantes.

"Lugar de criança é na escola. Nós escrevemos a música porque concordamos com essa afirmativa. Foi um trabalho muito especial, porque conseguimos chamar a atenção de todos os nossos colegas para a importância de primeiro estudar e formar nosso futuro para depois conseguir um bom emprego", explicou João Victor Silva dos Santos, 15, estudante do 9º ano da U.E.B. José Assub e um dos compositores da música apresentada pela escola.

Já na U.E.B. Thomaz de Aquino, o espetáculo teatral "Exploração Infantil na Família" e o rap "Protestar Comigo" foram as maneiras encontradas pelos estudantes para demonstrar o aprendizado sobre o tema. Para Francisco Revil, gestor da escola, o projeto TRT na Escola complementou as orientações já repassadas às famílias acerca dos direitos das crianças.



# **Justiça obriga Prefeitura de Lago da Pedra a corrigir repasse de valores para Câmara**

*Pág - 3*

Lago da Pedra

# Justiça obriga Prefeitura a corrigir repasse de valores para Câmara

A Prefeitura de Lago da Pedra tem dez dias para corrigir o valor mensal obrigatório repassado à Câmara Municipal em virtude de aumento na arrecadação prevista na Lei Orçamentária Anual. O novo valor foi estabelecido em R\$ 132.931,35 (cento e trinta e dois mil e novecentos e trinta e um reais e trinta e cinco centavos) e, de acordo com a decisão do juiz Marcelo Santana, titular da 1ª Vara de Lago da Pedra, as diferenças retroativas ao mês de setembro de 2015 também devem ser pagas.

O duodécimo, como é re-

conhecido o repasse, é destinado ao Poder Legislativo dos municípios até o dia 20 de cada mês e é calculado sobre o valor da receita corrente líquida anual do município. De acordo com a Câmara de Vereadores, autora da ação, esse valor vinha sendo destinado à casa legislativa em quantidade menor ao estabelecido no sistema de leis, que define a reserva de 7% da previsão de arrecadação para o Legislativo em municípios com até 100 mil habitantes, situação em que se enquadrava Lago da Pedra.

Em sua defesa, a Prefei-

tura contestou o pedido da Câmara, afirmando que vem cumprindo o limite constitucional e as determinações da Lei Orçamentária Anual concernentes ao duodécimo. Afirmou também que enviou a prestação de contas do exercício 2014 ao Poder Legislativo em mídia eletrônica. O Ministério Público se manifestou pelo atendimento parcial do pedido. Sobre a matéria é importante destacar que incorre em crime de responsabilidade o prefeito que não cumpre o repasse de forma correta e em crime de improbidade a não prestação

de contas.

A decisão do juiz Marcelo Santana ainda obriga a atual gestão a prestar contas referentes ao exercício de 2014 à Câmara de Vereadores, com base no que estabelece o disposto na Instrução Normativa 25/2011 do Tribunal de Contas do Estado. No caso de não haver a prestação conforme estabelece as regras e no prazo estabelecido, será aplicada multa diária de R\$ 30 mil (trinta mil reais). O cumprimento da íntegra da decisão deve ser comprovada nos autos mediante documentos.

## **Tragédia de Bacuri**

O desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos (relator do processo) aceitou a denúncia do Ministério Público contra o prefeito de Bacuri, José Baldoíno, por conta do processo criminal aberto contra ele após o acidente que resultou na morte de oito estudantes que eram transportados em “pau de arara” locado pela prefeitura do município. Os demais desembargadores acompanharam o relator.

O MP pede a condenação de Baldoíno pela morte dos estudantes e a perda do mandato por improbidade administrativa. A decisão final do processo, no entanto, ficou para 22 de

janeiro de 2016. O prefeito já foi afastado três vezes do cargo, mas sempre voltou à função, por força de liminares obtidas na Justiça. Os familiares das vítimas, porém, lutam para que a Justiça seja feita.

## Bacuri

# TJ-MA acata denúncia do MP contra prefeito por fraude em licitação do transporte escolar

**LUCIENE VIEIRA  
E OSWALDO VIVIANI**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) acatou, durante audiência em plenário realizada ontem (14), em São Luís, denúncia-crime do Ministério Público do Estado (MP-MA) contra o prefeito de Bacuri, José Baldoíno da Silva Nery (PP); Célia Vitória Nery (irmã de Baldoíno, que na época era secretária municipal de Educação); Gersên James Correia Chagas (ex-presidente da Comissão de Licitação); Flávia Regina Assunção de Azevedo (ex-secretária da Comissão Permanente de Licitação); Maria José dos Santos Nascimento (integrante da CPL); Wagno Setúbal de Oliveira (ex-pregoceiro municipal); Raimundo Nonato Amorim (servidor municipal); Assis Fonseca Gomes (assessor jurídico); e a empresa Conservis Construções Comércio e Serviços Ltda. (que participou da licitação do transporte escolar). Os acusados foram denunciados

criminalmente por fraude na licitação do transporte escolar de Bacuri, realizada em 2013, de modo a favorecer a empresa Conservis.

A denúncia de fraude foi acatada pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

De acordo com a decisão do desembargador, a partir do acórdão, no dia 22 de janeiro de 2016 será dada a continuidade do processo criminal, quando serão realizadas oitavas das testemunhas e dos próprios réus. A partir dessa data, o TJ-MA vai intimar todos os réus para que eles possam fazer as suas defesas orais, visto que as escritas já foram feitas no processo, que são as respostas à acusação.

### **PROCESSO CIVIL**

Em junho de 2015, a Promotoria de Justiça de Bacuri ajuizou Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa contra o prefeito de Bacuri, a empresa Conservis e os outros seis acusados. O processo administrativo está na Promotoria de Justiça de Bacuri, e deve ser

julgado na comarca de Bacuri pelo juiz Thadeu de Melo Alves.

Sobre a celeridade dos processos, de acordo com o advogado de defesa da empresa Conservis, Jurandir Silva, o de improbidade administrativa está mais adiantado: os réus têm até o dia 30 de dezembro de 2015 para fazer as alegações finais. A expectativa é que o processo esteja concluído até o dia 3 de janeiro de 2016.

Após sancado o prazo das alegações finais do processo Civil e as oitavas do processo Criminal, ambos estarão concluídos e prontos para serem julgados. As datas dos julgamentos ainda serão estabelecidas.

### **ENTENDA O CASO**

No início da noite de 29 de abril de 2014, uma caminhonete D-20 – transformada em “pau de arara” e improvisada como transporte escolar –, que transportava cerca de 20 estudantes da escola estadual América do Norte, em Bacuri, para o povoado Madragoa (no mesmo município), se chocou com um caminhão carregado de areia, que trafegava no

sentido oposto da MA-303. A caminhonete despencou numa ribanceira. Oito estudantes – seis mulheres e dois homens, todos adolescentes – morreram.

O inquérito apontou que o veículo era conduzido por Allan Almeida da Silva, na época com 15 anos, enteado de Rogério Azevedo Rocha, 39 anos, dono da caminhonete.

Na tragédia morreram Emyly Costa Farias, Samyly Costa Farias, Ana Raquel Vieira Borges, Glenilde Lima Azevedo, Alda Léa Rabelo Gomes, Nayara Pereira Costa, Carlos Vinícius Rocha Almeida e Jefferson Breno Costa da Silva.

O prefeito de Bacuri José Baldoíno da Silva Nery já foi afastado três vezes do cargo, mas continua à frente do executivo municipal graças a liminares concedidas pela Justiça.

Ao Jornal Pequeno, Baldoíno disse que o transporte escolar de Bacuri hoje não é feito mais por caminhonetes “paus de arara” e que atualmente sete ônibus escolares fazem o transporte.

- No próximo dia 17, a partir das 9h, o Fórum de São Luís será palco de uma ação de cidadania promovida pelo Judiciário maranhense. Cerca de 600 registros de imóveis serão entregues a famílias que ocupam áreas em bairros de São Luís.
- O evento é organizado pela Corregedoria da Justiça do Maranhão e a 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís e será realizado no auditório Desembargador Filgueiras, no térreo do fórum. Receberão seus registros moradores dos bairros Cidade Operária, Janaína, Santa Clara, Recanto dos Pássaros, Vila Luizão, Divincia e Sol e Mar.
- “Vamos dar continuidade a essa ação que será permanente enquanto persistir o problema de moradia em São Luís”, afirmou a juíza Luzia Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda.

## Lago da Pedra

# Justiça manda prefeitura corrigir repasse de valores para Câmara

A Prefeitura de Lago da Pedra tem dez dias para corrigir o valor mensal obrigatório repassado à Câmara Municipal em virtude de aumento na arrecadação prevista na Lei Orçamentária Anual. O novo valor foi estabelecido em R\$ 132.931,35 e, de acordo com a decisão do juiz Marcelo Santana, titular da 1ª Vara de Lago da Pedra, as diferenças retroativas ao mês de setembro de 2015 também devem ser pagas.

O duodécimo, como é reconhecido o repasse, é destinado ao Poder Legislativo dos municípios até o

dia 20 de cada mês e é calculado sobre o valor da receita corrente líquida anual do município.

De acordo com a Câmara de Vereadores, autora da ação, esse valor vinha sendo destinado à casa legislativa em quantidade menor ao estabelecido no sistema de leis, que define a reserva de 7% da previsão de arrecadação para o Legislativo em municípios com até 100 mil habitantes, situação em que se enquadra Lago da Pedra.

Em sua defesa, a Prefeitura contestou o pedido da Câmara, afirmando que vem cumprindo

o limite constitucional e as determinações da Lei Orçamentária Anual concernentes ao duodécimo. Afirmou também que enviou a prestação de contas do exercício 2014 ao Poder Legislativo em mídia eletrônica. O Ministério Público se manifestou pelo atendimento parcial do pedido. Sobre a matéria é importante destacar que incorre em crime de responsabilidade o prefeito que não cumpre o repasse de forma correta e em crime de improbidade a não prestação de contas.

A decisão do juiz Marcelo Santana ainda obriga a atual gestão a prestar contas referentes ao exercício de 2014 à Câmara de Vereadores, com base no que estabelece o disposto na Instrução Normativa 25/2011 do Tribunal de Contas do Estado. No caso de não haver a prestação conforme estabelece as regras e no prazo estabelecido, será aplicada multa diária de R\$ 30 mil. O cumprimento da íntegra da decisão deve ser comprovado nos autos mediante documentos.

*(Ascom TJMA)*



## **Hospitais e clínicas estaduais devem adequar condições da água aos padrões da Anvisa**

O juiz Clésio Coelho Cunha, respondendo pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, determinou ao Estado do Maranhão a adequação da água destinada ao consumo humano nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde UPAs (Parque Vitória, Vinhais e Araçagi), Hospital Presidente Vargas e Hospital Juvêncio Matos para os padrões estabelecidos na Portaria 2.914/Anvisa. Clínica Eldorado, Centro Médico Maranhense, Clínica Ibirapuera, UPC Hospital, Procárdio, Hospital Guarás e Santa Casa de Misericórdia também devem proceder à adequação. O prazo para o cumprimento da determinação é de 90 dias. A multa diária para o não cumprimento da

determinação é de mil reais. A decisão atende a pedido de tutela antecipada em Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Estado do Maranhão e dos estabelecimentos de saúde particulares acima citados, além do Município de São Luís. Na ação, o autor relata que por diversas vezes encaminhou aos diretores dos estabelecimentos de saúde laudos de Análise Físico-Química Bacteriológica para que os mesmos “cumprissem com a determinação legal de colocarem em condições satisfatórias de potabilidade a água consumida e entregue ao consumo humano nos estabelecimentos, sem sucesso”.